

Visagismo e Comunicação Visual nas Emergências Climáticas: Representações, Identidade e Sustentabilidade¹

Lilian Moreira de Lima²

Cilene Victor³

Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

RESUMO

O artigo tem como **objetivo** investigar de que forma o visagismo pode operar como prática comunicacional e estética de resistência em contextos de emergência climática. A **metodologia** adotada consiste em revisão bibliográfica interdisciplinar e análise exploratória de campanhas visuais e experiências comunitárias em territórios impactados por desastres ambientais. O **referencial teórico** contempla os campos da comunicação de riscos, justiça ambiental, educação crítica e estéticas contra-hegemônicas. Os **resultados** indicam que o visagismo, ao valorizar identidades locais e práticas sustentáveis, pode fortalecer a credibilidade simbólica, combater estigmas visuais e atuar como linguagem de reconstrução subjetiva e pertencimento em meio às crises.

PALAVRAS-CHAVE: visagismo; comunicação de riscos; estética e sustentabilidade; vulnerabilidade; emergência climática.

Introdução

A emergência climática, conforme apontam Jacobi, Arruda Filho e de Pierro (2022), deve ser compreendida como um processo histórico e estrutural, enraizado em formas de desenvolvimento excludentes e ambientalmente predatórias. Esses autores resgatam os marcos históricos da luta ambiental no Brasil e evidenciam que os atuais desafios climáticos não são apenas ecológicos, mas também sociais, éticos e comunicacionais.

Diante deste cenário, este artigo investiga como o visagismo pode atuar como linguagem estética e política para reconstruir representações em contextos de desastre climático, promovendo pertencimento, cuidado e justiça simbólica.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho (GT 08SE - Comunicação e educação na emergência climática), evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). Bolsista CNPq – Código de Financiamento 001. Email: lilimolima21@gmail.com

³ Orientadora da pesquisa. Professora titular do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). Email: cilene.victor@metodista.br

Essa vulnerabilidade estrutural exige um reposicionamento da comunicação e da educação como recursos críticos e emancipatórios. Ao considerar o visagismo como linguagem estética e comunicacional, que articula identidade, cultura e subjetividade, este artigo propõe expandir sua aplicação para além do universo da beleza comercial.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A fundamentação teórica deste artigo articula os campos da comunicação, educação ambiental crítica, justiça climática, estética e pedagogias decoloniais. O conceito de sociedade de risco, proposto por Beck (2011), oferece uma chave interpretativa para compreender o cenário atual, marcado pela crescente imprevisibilidade dos desastres ambientais e pela fragilidade das estruturas estatais diante das catástrofes. Nesse contexto, a crise ambiental não é apenas uma ameaça material, mas também simbólica, na medida em que redefine os modos de vida, os pertencimentos e os discursos sobre o futuro.

No cenário brasileiro, a perspectiva crítica de Acselrad (2010) introduz o racismo ambiental como lente analítica para interpretar a distribuição desigual dos riscos e a negação do direito ao ambiente seguro como direito fundamental. Acselrad (2010), ao discutir a justiça ambiental, destaca a centralidade dos conflitos territoriais e da distribuição desigual dos riscos socioambientais, reforçando que os grupos historicamente marginalizados são os mais expostos aos efeitos das mudanças climáticas. Essa constatação dialoga com as contribuições de Loureiro (2003) e Sato (2003), que defendem uma educação ambiental crítica, voltada à construção de sujeitos ecológicos e politicamente conscientes.

A entrada no Antropoceno, entendida como era geológica em que a ação humana transforma os sistemas naturais, é discutida por Freyesleben (2023) como um tempo de intensidades extremas e colapsos em curso. Os corpos racializados, como mostram Silva e Lopes (2021), tornam-se arquivos vivos dessa temporalidade desigual, em que o passado colonial, o presente de exclusão e o futuro ameaçado se sobrepõem. Para além da materialidade dos desastres, há também a produção de narrativas, imagens e estigmas que operam como forças de marginalização simbólica.

É no cruzamento entre estética, comunicação e justiça que o visagismo adquire relevância epistemológica e política, ao reconhecer o corpo como texto e a imagem como

linguagem. Inserido no horizonte das pedagogias decoloniais, que propõem a ruptura com a colonialidade do saber, do poder e do ser (Santos, 2010; Mignolo; Walsh, 2018; Freire, 2011), o visagismo crítico surge como pedagogia estética de resistência. Ao valorizar saberes populares, indígenas, afro-brasileiros e práticas corporais historicamente marginalizadas pelo projeto civilizatório eurocêntrico, afirma a pluralidade epistêmica e contribui para a reconstrução simbólica em contextos de crise.

No campo da educação ambiental crítica, a valorização dos saberes territoriais e da diversidade cultural é essencial para reconfigurar a relação entre estética e sustentabilidade (Jacobi, 2003; Loureiro et al., 2003). O visagismo crítico propõe que a imagem reflita a totalidade do sujeito e, em contextos de desastre, torna-se linguagem de cuidado e pertencimento. Ações como salões comunitários e projetos de acolhimento, como os do litoral paulista em 2023, evidenciam seu potencial de escuta simbólica e reconstrução identitária afetiva.

Nesse contexto, o visagismo se configura como linguagem estética, cultural e comunicacional que expressa subjetividades e pertencimentos, sendo mobilizado como prática crítica frente à emergência climática. Conforme argumenta Freyesleben (2023), no contexto do Antropoceno, a crise ambiental demanda novas formas de narrar e representar o presente, reconhecendo o corpo e a imagem como arquivos simbólicos de historicidade e vulnerabilidade.

As estratégias comunicacionais sobre crise climática, muitas vezes ancoradas no medo e na destruição, tendem a paralisar em vez de engajar (O'Neill e Nicholson-Cole, 2013). Em contraste, abordagens estéticas e afetivas são mais eficazes para mobilizar empatia e promover ação coletiva. O visagismo, nesse sentido, atua como instrumento simbólico de dignidade e escuta. Lideranças ambientais, comunicadores populares e agentes comunitários podem se apropriar dessa linguagem para fortalecer sua presença e expressar vínculos com o território e com as lutas por justiça climática.

A cobertura midiática de desastres ambientais frequentemente adota estéticas que reforçam estigmas de dor e passividade, reproduzindo padrões eurocentrados e apagando identidades plurais (Ferreira, 2015). Nessa perspectiva, o visagismo pode atuar como ferramenta de reconstrução simbólica, promovendo representações mais humanizadas de grupos afetados, como migrantes climáticos, idosos e populações racializadas.

A reconfiguração estética proposta por iniciativas como o projeto “Beleza que Reconstrói”, durante as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, demonstrou o potencial do cuidado com a imagem na restauração da autoestima e na produção de bem-estar coletivo. Ao adotar o visagismo como prática crítica, é possível fomentar uma estética da resistência que valoriza traços identitários e culturais e rompe com invisibilizações recorrentes nos registros sobre desastres.

Como argumenta Lopes (2014), a imagem pessoal dos comunicadores ambientais desempenha papel estratégico na construção de credibilidade simbólica, funcionando como signo de legitimidade e empatia, especialmente em contextos de crise (Lopes, 2014). Campanhas desenvolvidas na Baixada Santista demonstram esse potencial ao integrarem elementos da cultura afro-brasileira com símbolos ambientais, articulando visualidades que expressam pertencimento territorial e engajamento ético.

Essa coerência entre imagem e discurso expressa o que Barros (2005) define como prática discursiva incorporada, em que o corpo atua como mediação simbólica de valores e posicionamentos políticos.

Nesse sentido, o visagismo oferece subsídios metodológicos relevantes para pensar uma comunicação climática atenta às subjetividades e às estéticas periféricas, ampliando o alcance das estratégias de mobilização social.

A indústria da beleza, embora altamente lucrativa, é também uma das que mais geram impactos ambientais negativos, pelo consumo excessivo de recursos hídricos, uso de embalagens plásticas e insumos químicos. Diante disso, torna-se urgente repensar práticas estéticas sob a ótica da sustentabilidade e da educação ambiental crítica (Loureiro, 2003; Sato, 2003).

Ao incorporar princípios éticos e ecológicos, o visagismo alinha-se a movimentos como o *slow beauty* e a cosmética natural, promovendo uma estética do cuidado sensível à diversidade e à sustentabilidade. Iniciativas como o coletivo Afrosustentável, em Salvador, exemplificam esse potencial ao articular estética negra, práticas ecológicas e empreendedorismo como formas de justiça socioambiental (Sato, 2003).

Esse engajamento torna-se ainda mais relevante diante do racismo ambiental, que, conforme Acselrad (2010), distribui de forma desigual os riscos ecológicos, afetando de modo desproporcional comunidades negras, indígenas e periféricas (Jacobi; Arruda

Filho; Pierro, 2022). Além dos impactos materiais, há apagamentos simbólicos promovidos por estéticas dominantes eurocentradas.

Nessa direção, o visagismo pode atuar como prática de resistência estética, ao afirmar visualidades dissidentes e fortalecer identidades historicamente marginalizadas. Como argumenta Silva (2007), a estética negra é também uma forma de pertencimento político, sustentada por ações como o Encrespa Geral e por salões populares que, ao promoverem o cuidado com a imagem, operam reconstruções simbólicas de memória, território e dignidade.

Integrar o visagismo à educação ambiental crítica é reconhecer também o corpo como território de disputa e resistência, articulando saberes técnicos e locais (Jacobi, 2003). Para tanto, práticas sustentáveis no setor da beleza devem ser acompanhadas de uma pedagogia estética que promova o autocuidado como gesto coletivo e político. Assim, o visagismo crítico alinha-se às epistemologias do Sul e às pedagogias decoloniais ao propor a imagem como forma de engajamento e justiça simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs o visagismo como linguagem estética, política e pedagógica capaz de contribuir para a construção de narrativas mais inclusivas em contextos de emergência climática. Ao articular comunicação, estética, sustentabilidade e justiça simbólica, o visagismo surge como prática de reconstrução subjetiva e cuidado coletivo. Sua aplicação crítica amplia as possibilidades da comunicação ambiental ao valorizar as experiências de grupos invisibilizados, desafiar padrões hegemônicos e incorporar princípios éticos e ecológicos.

Assim, o cuidado com a imagem surge como cuidado com a memória, com o território e com o futuro. O visagismo crítico, enquanto prática sensível e engajada, oferece caminhos para resistir e reexistir diante do colapso ambiental, contribuindo para um fazer comunicacional comprometido com a justiça social e com a revalorização dos corpos invisibilizados pelas narrativas hegemônicas.

REFERÊNCIAS



- ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental: construção e defesa de um campo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.
- ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000300008>
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *O discurso da moda: a sedução da palavra*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2005.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FERREIRA, Luciana. *Estética da opressão: representações e resistências na mídia e na publicidade*. *Revista Eco-Pós*, v. 18, n. 3, p. 58–75, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREYESLEBEN, Alice. *Os tempos do Antropoceno: reflexões sobre limites, intensidade e duração*. *História (São Paulo)*, v. 42, e2023038, 2023.
DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023038>
- JACOBI, Pedro Roberto. *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189–205, nov. 2003.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000300010>
- JACOBI, Pedro Roberto; ARRUDA FILHO, Marcos Tavares de; PIERRO, Bruno de. *Ambiente e sociedade em tempos de emergência climática: do resgate histórico ao momento atual*. *Fronteiras*, v. 11, n. 3, p. 35–46, 2022.
DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2022v11i3.p35-46>
- LOPES, Gabriel. *Comunicação e credibilidade: o corpo como recurso de autoridade no discurso público*. *Revista Famecos*, v. 21, n. 3, p. 814–831, 2014.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental crítica: contribuição à construção de uma agenda educacional para a sustentabilidade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. *Cidadania e meio ambiente: trajetórias de educação ambiental no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.
- MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. *On decoloniality: concepts, analytics, praxis*. Durham: Duke University Press, 2018.
- O'NEILL, Saffron; NICHOLSON-COLE, Sophie. "Fear won't do it": promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representations. *Science Communication*, v. 30, n. 3, p. 355–379, 2013.
DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n170448>
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23–71.
- SATO, Michèle. *Educação ambiental e complexidade: redes de conversações sobre a vida*. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 85, p. 25–52, 2003.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100003>
- SILVA, André Felipe da; LOPES, Gabriel. *A condição antropocênica e as múltiplas temporalidades*. In: VILLAS BÔAS, Gláucia et al. (org.). *Antropoceno: as múltiplas dimensões da era humana*. São Paulo: EdUFSCar, 2021. p. 101–107.